Personalidade indigitada para o cargo de Diretora-Geral da Administração e do Emprego Público

DELIBERAÇÃO N.º 130/2023

Comissão Técnica Permanente:

Doutor Damasceno Dias

Doutor João Salis Gomes

Dr.ª Cristina Coelho

Dr.ª Eugénia Santos

No dia 6 de junho de 2023, a Senhora Secretária de Estado da Administração Pública dirigiu ao Senhor Presidente da Comissão de Recrutamento e Seleção para a Administração Pública (CReSAP) um pedido de avaliação curricular e de adequação de competências da seguinte personalidade indigitada para Diretora-Geral da Administração e do Emprego Público:

- **Armanda Amélia Monteiro da Fonseca**

O pedido é efetuado ao abrigo do disposto no n.º 9 do artigo 19.º do Estatuto do Pessoal Dirigente dos Serviços e Organismos da Administração Pública, aprovado pela Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atual. Com efeito, após a repetição do aviso de abertura (Procedimento Concursal n.º 1315 CReSAP_07-05/22, repetido pelo Procedimento Concursal n.º 1373_ CReSAP_07-05/22), não houve três candidatos com o mérito exigido para o cargo de Diretor-Geral da Administração e do Emprego Público, pelo que estão reunidas as condições para que o membro do governo competente proceda ao recrutamento, por escolha, de entre indivíduos que reúnam o perfil definido no aviso de abertura em causa.

Do processo faz parte o currículo da personalidade indigitada e as respostas ao Questionário de Autoavaliação de Competências que esta preencheu na plataforma eletrónica da CReSAP, relativos à candidatura ao Procedimento Concursal n.º 1315 CReSAP_07-05/22 para o cargo de Diretor-Geral da Administração e do Emprego Público.

A personalidade indigitada declarou não ter omitido informações relevantes diretamente relacionadas nem possuir quaisquer impedimentos e incompatibilidades para o exercício do cargo, previstos no Estatuto do

Pessoal Dirigente dos Serviços e Organismos da Administração Pública aprovado pela Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, com as alterações entretanto introduzidas, ou em outra legislação especial aplicável.

Para este processo, o Presidente da CReSAP designou, como relatora, a vogal permanente Dra. Cristina Coelho e, como contraditor, o vogal permanente Doutor João Salis Gomes.

Nos termos do n.º 9 do artigo 19.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atual, fez-se a avaliação curricular e a avaliação de competências.

No dia 21 de junho de 2023, a Comissão Técnica Permanente da CReSAP aprovou, por unanimidade, o presente parecer.

De acordo com o disposto no n.º 4 do artigo 17.º dos Estatutos da CReSAP, a conclusão do parecer é publicitada após a designação da personalidade indigitada pelo Governo.

Apreciação da adequação do perfil da Dra. Armanda Amélia Monteiro da Fonseca para o cargo de Diretora-Geral da Administração e do Emprego Público

A personalidade indigitada apresenta, em termos de perfil académico, licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (1988).

Quanto à experiência profissional, de referir que, desde 26 abril 2022 até à data, exerce o cargo de Diretora-Geral da Administração e do Emprego Público, tendo, anteriormente, sido Coordenadora na Provedoria de Justiça, Inspetora na Inspeção-Geral das Atividades em Saúde, Subdiretora-Geral da DGAEP, Adjunta do Gabinete do Secretário de Estado da Administração Pública, Coordenadora do Programa de Reforma da Administração Central do Estado (PRACE), Inspetora na Inspeção-Geral da Administração Pública (IGAP), Chefe da Divisão dos Assuntos Jurídicos do Departamento de Recursos Humanos do Instituto das Estradas de Portugal, Técnica superior no Gabinete de Documentação e Direito Comparado da Procuradoria-Geral da República (GDDC), Chefe do Departamento e Técnica Superior Principal de Apoio Técnico da Direção dos Serviços de Justiça de Macau, Adjunta do Gabinete do Grupo Parlamentar do PCP, Jurista e advogada do Sindicato dos Enfermeiros Portugueses.

As informações contidas no *curriculum vitae* e no questionário de autoavaliação evidenciam competências técnicas que sustentam uma apreciação positiva para o desempenho do cargo em causa.

Assim, nos termos acima descritos, a CReSAP, através da sua Comissão Técnica Permanente, emite o parecer de **ADEQUADO** à designação da **Dra. Armanda Amélia Monteiro da Fonseca** para o cargo de Diretora-Geral da Administração e do Emprego Público.